

CAPÍTULO 5 - ASPECTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS

| | | |
|-----------|--|------------|
| 5. | ASPECTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS..... | 5-1 |
| 5.1. | Licenciamento Ambiental..... | 5-1 |
| 5.2. | Desapropriação | 5-1 |
| 5.3. | Concessão de Uso do Recurso Hídrico..... | 5-1 |
| 5.4. | Compensação Financeira..... | 5-2 |
| 5.5. | Unidade de Conservação | 5-2 |
| 5.6. | Regulamentação de Outros Recursos Naturais | 5-3 |

5. ASPECTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS

5.1. Licenciamento Ambiental

O objetivo do presente estudo de impacto ambiental é a obtenção da licença prévia do empreendimento.

Para a obtenção do licenciamento ambiental, segundo o artigo 225, parágrafo 1º, inciso IV da Constituição Federal, é necessário um estudo prévio de impacto ambiental com o objetivo de avaliar os impactos positivos e negativos causados pela exploração de atividades tidas como potencialmente causadoras de degradação do meio ambiente e apontar medidas mitigadoras que deverão ser incorporadas à obra.

O licenciamento ambiental foi introduzido pela Lei nº 6.803 de 02/07/1981 e convalidada pela Lei nº 6.938 de 31/08/1981, que dispõe sobre Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.

As normas e procedimentos estabelecidos especificamente para o licenciamento ambiental das usinas hidrelétricas são disciplinados pelas resoluções CONANA nº 001 de 23/01/1986, nº 006 de 16/09/1987 e nº 237 de 19/12/1997, sendo de competência do estado a concessão do licenciamento. No caso do AHE Peixe, caberá ao estado do Tocantins através do seu órgão competente, o Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, avaliar o presente EIA/RIMA, ouvindo os municípios da região, em opondo suas exigências adicionais e específicas para garantir a satisfação dos índices de excelência ambiental.

O NATURATINS, deverá enviar o processo de licenciamento para o COMATINS (Conselho de Política Ambiental do Estado), acompanhado de seu parecer técnico, para que este aprove ou não o pedido de licenciamento. Quando se tratar de projeto de grande porte, o EIA/RIMA também será submetido à apreciação da Comissão Permanente do Meio Ambiente da Assembleia Legislativa. (Decreto nº 10.459 de 09/06/1994).

5.2. Desapropriação

A desapropriação, além da negociação direta, é o principal instrumento legal para a aquisição das áreas necessárias à implantação de usina hidrelétrica sob regime de concessão. O presente caso é regulamentado pelo artigo 10º da Lei nº 9.074 de 07/07/1994, que dispõe:

"Art.10 Cabe ao poder concedente declarar a utilidade pública para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa, das áreas necessárias à implantação de instalações concedidas, destinadas a serviços públicos de energia elétrica, autoprodutor e produtor independente."

5.3. Concessão de Uso do Recurso Hídrico

À Agência Nacional de Águas – ANA, entidade federal que tem como objetivo a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de Coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, lhe cabe autorizar o direito de uso de recursos hídricos em corpos de água de domínio da União (Lei nº 9.984 de 17/07/2000).

O artigo 7º dessa Lei estabelece que para o uso do potencial de energia hidráulica a ANEEL fará a reserva de disponibilidade hídrica, que será transformada em direito de uso de recursos hídricos a favor da instituição ou empresa que receber da ANEEL a concessão ou autorização de uso do potencial de energia hidráulica.

5.4. Compensação Financeira

A implantação de uma usina hidrelétrica acarreta ruptura nos sistemas físico, biótico e sócio-econômico-cultural dos locais e regiões onde se instala. Neste sentido, foram previstos mecanismos de compensação financeira aos municípios cujas terras tenham sido inundadas pela construção de reservatórios para a exploração de recursos hídricos.

A mesma Lei de criação da ANA, no seu artigo 28º, altera o artigo 17º da Lei nº 7.990 de 28/12/1989, aumentando para 6,75% a compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração, sobre o valor da energia elétrica produzida, sendo 6% distribuídos entre os Estados, Municípios e órgãos da administração direta da União e os outros 0,75%, destinados ao Ministério do Meio Ambiente.

Em referência a distribuição aos beneficiados, o artigo 29º da Lei nº 9.984 altera o artigo 1º da Lei nº 8.001 de 13/03/1990 e passa a vigorar com a seguinte redação:

Em referência a distribuição aos beneficiados, a Lei nº 9.993 de 24 de julho de 2000 em seu artigo 1º “altera a redação da Lei nº 8001 de 13 de março de 1990, com o objetivo de destinar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico recursos oriundos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica ...”

A Lei nº 9993 em seu artigo 2º altera o artigo 1º da Lei nº 8001, com alteração do artigo 54 da lei nº 9433, de 8 de janeiro de 1997 e passa a vigorar com a seguinte alteração:

- "I – 45% - quarenta e cinco por cento aos Estados”;
- "II – 45% - quarenta e cinco por cento aos Municípios”;
- "III – 3,0% - três por cento ao Ministério do Meio Ambiente”;
- "IV – 3,0% - três por cento ao Ministério de Minas e Energia”;
- "V – 4,0% - quatro por cento ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, criado pelo Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, e reestabelecido pela Lei nº 8.172, de 18 de janeiro de 1991”.

5.5. Unidade de Conservação

A resolução CONAMA nº2 de 18/04/1996, dispõe sobre a implantação de Unidade de Conservação pela empresa responsável por empreendimento que causa danos ambientais às florestas e outros ecossistemas. O artigo 2º desta resolução diz que o valor da área a ser utilizada e das benfeitorias a serem feitas para a implantação da Unidade de Conservação, deverá ser proporcional ao dano ambiental a ressarcir e não poderá ser inferior a 0,5% dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento. Esse recurso poderá, a critério do órgão licenciador, ser aplicado parcial ou total em unidades existentes.

5.6. Regulamentação de Outros Recursos Naturais

Os bens minerais estão sujeitos aos princípios da Constituição Federal à regulamentação do Código de Mineração.

O tratamento da vegetação natural e das áreas de preservação nas margens de rios e reservatórios são regulamentados pelo Código Florestal, sendo que a Medida Provisória nº 1956-52 de julho de 2000 estabelece que, na implantação de reservatórios artificiais é obrigatória a aquisição, pelo empreendedor, de área de preservação permanente no entorno, de acordo com a resolução do CONAMA nº 004 de 18/09/85.

A Medida Provisória nº 1956-52 de julho/2000 estabelece também que o regime de uso da área de preservação será definido por futura resolução do CONAMA.